

Planejamento familiar na gestação: vivência de internas de enfermagem na Atenção Primária à Saúde

Antônia Tainá Bezerra Castro¹, Jéssica Ketleen Caetano Lopes², Quitéria Larissa Teodoro Farias³, Maristela Inês Osawa Vasconcelos⁴

Resumo

Este texto descreve a vivência de internas de enfermagem no desenvolvimento de uma intervenção sobre o planejamento familiar de mulheres, em um grupo de gestantes de um Centro de Saúde da Família (CSF). Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido a partir das atividades realizadas com um grupo de gestantes durante o módulo Internato I do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no mês de novembro de 2019. Foram expostas imagens ilustrativas dos métodos contraceptivos hormonais e de barreiras, nas quais as participantes deveriam responder quais métodos eram indicados e contraindicados no pós-parto. Mediante a constatação de equívocos ao longo de suas respostas, foram promovidas discussões que possibilitaram a elas identificar o melhor método, cientes dos riscos e benefícios dos contraceptivos. A construção de conhecimentos no grupo de gestantes acerca dos métodos contraceptivos contribuiu para conscientização, entendimento e segurança das mulheres, tornando-as ativas e empoderadas sobre si mesmas.

Palavras-chave

Planejamento familiar. Gestantes. Atenção Primária à Saúde.

¹ Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Vulnerabilidade e Saúde; bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (FUNCAP). E-mail: tainacastro02@hotmail.com.

² Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, Brasil; integrante da Liga Interdisciplinar de Gerontologia; membro do Grupo de Estudo em Vulnerabilidade e Saúde; bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (FUNCAP). E-mail: ketleenlopes78@outlook.com.

³ Mestranda em Saúde da Família na Universidade Federal do Ceará, Brasil; professora no curso técnico em Enfermagem do Instituto Exitus, Ceará, Brasil; membro do Laboratório de Pesquisa Social, Educação Transformadora e Saúde Coletiva na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, Brasil. E-mail: larissa.teodoro1996@gmail.com.

⁴ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará, Brasil, com estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Ceará, Brasil; professora na Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Ceará, Brasil. E-mail: miosawa@gmail.com.

Family planning in pregnancy: experience of nursing interns in Primary Health Care

Antônia Tainá Bezerra Castro⁵, Jéssica Ketleen Caetano Lopes⁶, Quitéria Larissa Teodoro Farias⁷, Maristela Inês Osawa Vasconcelos⁸

Abstract

This text describes the experience of internal nursing in the development of an intervention on family planning for women, in a group of pregnant women at the Family Health Center (CSF). This is an experience report, developed from the activities carried out with a group of pregnant women during the Internship I module, of the Undergraduate Nursing course at Vale do Acaraú State University (UVA), in November 2019. Illustrative images of hormonal contraceptive methods and barriers were exposed, where participants were asked to answer which methods were indicated and contraindicated in the postpartum period. Through the verification of mistakes throughout their responses, discussions were promoted, which, in turn, allowed them to identify the best method, aware of the risks and benefits of contraceptives. The construction of knowledge in the group of pregnant women about contraceptive methods contributed to awareness, understanding and security of women, making them active and empowered about themselves.

Keywords

Family planning. Pregnant women. Primary Health Care.

⁵ Undergraduate student in Nursing, Vale do Acaraú State University, State of Ceará, Brazil; member of the Vulnerability and Health Study and Research Group; fellow of the Institutional Program for Scientific and Technological Initiation Scholarships (FUNCAP). E-mail: tainacastro02@hotmail.com.

⁶ Undergraduate student in Nursing, Vale do Acaraú State University, State of Ceará, Brazil; member of the Interdisciplinary Gerontology League; member of the Vulnerability and Health Study Group; fellow of the Institutional Program for Scientific and Technological Initiation Scholarships (FUNCAP). E-mail: ketleenlopes78@outlook.com.

⁷ Master degree student in Family Health at the Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil; professor in the technical nursing course at Instituto Exitus, State of Ceará, Brazil; member of the Social Research, Transformative Education and Collective Health Laboratory, Vale do Acaraú State University, State of Ceará, Brazil. E-mail: larissa.teodoro1996@gmail.com.

⁸ PhD in Nursing, Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil, with post-doctoral internship at the State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; professor at the State University of Vale do Acaraú, State of Ceará, Brazil. E-mail: miosawa@gmail.com.

Introdução

Nas décadas de 1930, 1950 e 1970, os programas nacionais de saúde eram limitados à saúde materno-infantil, restrito à mulher, vista como a responsável pelo lar e pela educação e saúde do filho e familiares. No entanto, a atenção à saúde da mulher foi se revigorando ao longo dos anos, por meio da evolução das políticas de atenção que vem buscando uma assistência melhor a esse público (BRASIL, 2011).

Nessa ótica, o Ministério da Saúde elaborou em 2004, a Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que entre os seus objetivos, destaca-se a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, por meio da oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva e o acesso das mulheres às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais (BRASIL, 2004).

O planejamento familiar se configura como uma forma de assegurar aos cidadãos, acesso à informação, aos serviços de saúde, aos métodos contraceptivos eficazes e seguros, de maneira a permitir uma sexualidade segura e saudável, assim como decidir se querem ou não ter filhos (ROCHA et al., 2017). Dessa maneira, a disseminação adequada de informações em planejamento familiar é fundamental, dado que possibilita à mulher autonomia na escolha do método em face das suas necessidades e bem-estar do casal (SANTOS et al., 2016).

No Brasil, a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, Art. 4, certifica que o planejamento familiar se orienta por meio de ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade (BRASIL, 1966).

Isso posto, a Atenção Básica (AB) caracteriza-se como o conjunto de ações de promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento e reabilitação destinado à população, por meio do cuidado integral e da gestão qualificada realizada pela equipe multiprofissional (BRASIL, 2017). Sendo assim, a Atenção Primária à Saúde (APS) representa um cenário propício para fornecer informações acerca da anticoncepção, tendo em vista o planejamento reprodutivo.

Nesse contexto, o enfermeiro, como profissional da Estratégia Saúde Família (ESF), é fundamental no desenvolvimento de ações educativas acerca do planejamento familiar, por meio de orientações fidedignas, e pautadas no contexto de vida individual, social e cultural do casal, que fomentem a melhor escolha do método contraceptivo.

De acordo com Henriques *et al.* (2015), o grupo de gestantes torna-se uma potente estratégia para abordar assuntos relacionados ao planejamento familiar. Este complementa a

assistência pré-natal, sendo por meio dele que a gestante se apropria de assuntos pertinentes desde a gravidez até o pós-parto, o que contribui para o bem-estar das mulheres, bem como para uma experiência positiva ao longo do processo.

Dessa forma, este estudo se justifica pela importância das gestantes conhecerem os métodos contraceptivos disponíveis, sem interferir na amamentação durante o puerpério, dando importância também para a discussão sobre uma gravidez não planejada e a contaminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), uma vez que essas circunstâncias expõem a mulher a desfechos negativos relacionados à amamentação e a não aceitação da gestação.

Frente ao exposto, o trabalho torna-se relevante, à medida que a literatura ainda apresenta uma fragilidade no conhecimento sobre planejamento familiar de gestantes. Em um estudo desenvolvido em um hospital universitário da Colômbia, constatou-se que 94% das participantes conheciam pelo menos a existência de um método, porém somente 26% delas tinham entendimento adequado, quanto ao seu uso, às reações adversas e ao risco de falha (GONZÁLEZ; MARTÍNEZ, 2016). Assim, evidencia-se a importância de discussões centralizadas na transmissão de informações pertinentes, baseadas em evidências científicas, quanto à forma correta de utilização dos contraceptivos.

O estudo teve como objetivo descrever a vivência de internas de enfermagem no desenvolvimento de uma intervenção sobre o planejamento familiar de mulheres, em um grupo de gestantes de um Centro de Saúde da Família (CSF).

Metodologia

O estudo delinea-se em um relato de experiência, desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o módulo Internato I, do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). O módulo é ofertado no oitavo semestre do curso, com carga horária total de 560 horas, no qual o interno vivencia o processo de trabalho de um CSF do interior do Estado do Ceará, por um período de 70 dias, para realizar ações e serviços propostos pela APS.

Os relatos de experiência são ferramentas de pesquisas descritivas que apresentam uma reflexão sobre uma ação ou um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada de interesse da comunidade científica (CAVALCANTE; LIMA, 2012).

Durante a vivência no território, o interno deve realizar uma intervenção com base em uma necessidade identificada, a fim de deixar alguma contribuição para o serviço, que será parte do processo de avaliação do módulo.

A intervenção ocorreu no mês de novembro de 2019, junto a um grupo de seis gestantes, realizado quinzenalmente na sala de reuniões do CSF. O momento foi coordenado pelas internas de enfermagem e teve o suporte da enfermeira do serviço e dos membros da equipe multiprofissional do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), sendo três assistentes sociais e uma psicóloga.

Para a realização da atividade, seguiram-se as três etapas de desenvolvimento de grupos proposto por Souza (2011), a saber: acolhimento; desenvolvimento operacional; avaliação. O primeiro momento se deu com apresentação dos presentes e a explicação do objetivo do momento. Com o intuito de conhecer as gestantes, foi disponibilizado um balão, para que elas desenhassem ou escrevessem algo que representasse seus filhos e, posteriormente, se apresentassem falando o nome, tempo de gestação e o que estavam dispostas a fazer por seus filhos.

Em seguida, contemplando a fase de desenvolvimento, foram expostas imagens ilustrativas dos métodos contraceptivos hormonais e de barreira, como a injeção trimestral e mensal, camisinhas feminina e masculina, minipílula, dispositivo intrauterino (DIU), método de lactação e amenorreia (LAM), e a laqueadura, a fim de tornar o encontro dinâmico e interativo. As gestantes deveriam responder quais desses métodos eram indicados e contraindicados no pós-parto.

Conforme as gestantes iam respondendo, os profissionais esclareciam quais métodos são aconselhados, considerando os aspectos relacionados ao aleitamento materno, à gravidez indesejada e à infecção por IST. Na oportunidade, foi esclarecida a maneira correta de utilizar os métodos e sobre como acontece o processo de laqueadura.

A proposta da intervenção foi elencada a partir das necessidades identificadas pelas internas de enfermagem, que ficaram sensibilizadas ante o número expressivo de gestantes adscrito na unidade, e a frequência de dúvidas relacionadas à anticoncepção no pós-parto, durante as consultas de enfermagem, tornando-se imprescindível orientações em relação os métodos contraceptivos.

A intervenção finalizou-se com a avaliação verbal das gestantes, obtendo-se um *feedback* positivo. Os resultados apresentados centram-se no impacto da atividade grupal para o processo de trabalho na ESF, bem como para a formação das internas, por meio da integração ensino-serviço-comunidade.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentam-se organizados em dois eixos analíticos, a saber: orientações sobre planejamento familiar na gestação; contribuições para a formação em enfermagem, discutidos com a literatura pertinente.

Orientações sobre planejamento familiar na gestação

Para Lima (2015), o conhecimento dos métodos contraceptivos por meio de ações educativas contribui para que as usuárias determinem, de maneira consciente, o método adequado para si e para o companheiro, levando em consideração fatores econômicos e culturais.

Em um estudo realizado no Rio de Janeiro, que buscou conhecer os fatores relacionados ao não uso de medidas preventivas no período gravídico, evidenciou-se a baixa adesão do uso de preservativos, em razão de valores sociais e culturais, como a sensação de confiança no parceiro e a estabilidade na relação, o que tornou as mulheres entrevistadas vulneráveis às IST (MOUTA *et al.*, 2019).

Nesse sentido, instruir as mulheres para o planejamento familiar favorece autonomia e tomada de decisões sobre as preferências reprodutivas no momento da comunicação com o companheiro. Assim, incluir os casais em atividades educativas propicia conformidade na escolha mútua dos contraceptivos (SHAKYA *et al.*, 2018).

Em contraste com tais achados, evidenciou-se que promover a autonomia sexual da mulher resulta na maior possibilidade do uso de contracepção moderna, independentemente dos níveis de educação (VISWAN *et al.*, 2017). Isso demonstra a necessidade de impulsionar momentos que propaguem a disseminação de orientações a respeito do planejamento familiar durante a gestação, haja vista o empoderamento e, por conseguinte, a adesão dos métodos.

A incorporação do aconselhamento sobre contracepção no período gestacional é útil para a mulher como um auxílio para facilitar as discussões, visto que o apoio na orientação às mulheres proporciona confiança e segurança na escolha do método após o parto, ainda na maternidade (GONZÁLEZ; MARTÍNEZ, 2016; CAMERO *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva, as internas contribuíram com o grupo de gestantes em questão, promovendo orientações acerca da saúde sexual e reprodutiva da mulher, no que diz respeito aos métodos contraceptivos disponíveis no serviço, ao uso correto desses métodos e quais são os apropriados no período da lactação, tendo em vista o aleitamento materno exclusivo até os

seis meses de idade, a utilização de medidas preventivas para as IST e futuramente uma gravidez não planejada.

Essa constatação é corroborada por um estudo realizado por Gallagher *et al.* (2019), que menciona a insatisfação com a gravidez como uma condição que pode propiciar a redução do número de consultas para acompanhar o pré-natal e, conseqüentemente, na ausência de informações sobre parto e nascimento, o que influencia negativamente na qualidade da assistência e nos resultados materno-infantil.

Dessa maneira, a educação sexual, o fornecimento de informações sobre anticoncepção e o acesso a contraceptivos são estratégias apropriadas para reduzir a gravidez indesejada, pois a ausência de orientação é capaz de ocasionar menos conscientização e o uso insuficiente de métodos preventivos (AFKHAMZADEH *et al.*, 2019).

Assim, à medida que os profissionais forneciam informações, as gestantes expressavam anseio em saber mais, por meio de questionamentos e curiosidades referentes ao assunto. As discussões possibilitaram às usuárias compreender a interferência dos hormônios presentes nos contraceptivos na lactação, assim como a necessidade do uso de um método ao fragmentar o aleitamento materno com a introdução da água.

Como abordagem do processo de laqueadura, os assistentes sociais elucidaram sobre os critérios para realizar a esterilização, bem como os riscos e os exames necessários. O interesse pelo assunto pode ser constatado pelo olhar das gestantes, que demonstravam atenção e concentração durante o discurso.

Foram identificados equívocos nas respostas referentes aos métodos contraceptivos indicados e contraindicados. Dessa maneira, a execução de atividades educativas que promovam conhecimento dos meios de planejamento familiar possibilita à gestante vivenciar uma vida sexual segura no pós-parto, ciente dos riscos e benefícios desses métodos.

Diante disso, ficou evidenciado, nos resultados, o desejo das mulheres iniciarem a atividade sexual poucos dias após o parto, no entanto, a carência de informações, sem considerar a individualidade de cada uma, geraram dúvidas sobre o que fazer e preocupações caso sejam tomadas decisões precipitadas (JUSTINO *et al.*, 2019).

Frente ao exposto, constatamos a relevância da intervenção para a promoção da autonomia da mulher diante da sua vida reprodutiva, uma vez que propiciou subsídios para identificar o melhor método e compreender suas funcionalidades. Nessa perspectiva, espaços de discussões nos serviços de saúde direcionados aos direitos sexuais e reprodutivos contribuem para a liberdade de escolha dos contraceptivos, permitindo, assim, mudanças

culturais e redução da desigualdade de gênero por meio do empoderamento e encorajamento das mulheres.

Contribuições para a formação em enfermagem

Conforme Ignotti *et al.*, (2014), o internato em enfermagem tem como objetivo proporcionar uma vivência integral no campo assistencial de saúde, referindo-se à melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos futuros profissionais de enfermagem. Assim, é perceptível que a experiência do internato é esperada por todos os alunos e envolve muitas emoções e sentimentos por representar a finalização de um ciclo acadêmico.

Nesse sentido, para que o internato de enfermagem ocorra de forma efetiva, é primordial que haja integração entre ensino, serviços de saúde e comunidade. Elementos historicamente desconectados, é necessária uma maior aproximação entre eles, para que os atores envolvidos possam compreender os aspectos relacionados à vida real e aos espaços de prestação de cuidado de saúde (RODRIGUES *et al.*, 2018).

Diante do que foi apresentado, o interno tem a oportunidade de atuar no cuidado à gestante de baixo risco, por meio de consultas individuais oferecidas pelos serviços de saúde, supervisionado pelo enfermeiro. No entanto, para além das consultas, são necessários momentos de educação em saúde, por meio do grupo de gestantes, vistos como instrumentos facilitadores do serviço de controle e promoção à saúde, além de complementar a consulta do pré-natal. Ainda, por meio dele, podem ser esclarecidas todas as dúvidas relacionadas ao período gravídico-puerperal, tornando as mulheres mais seguras, tranquilas e empoderadas.

A educação em saúde tem como objetivo fazer com que usuários do sistema sejam corresponsabilizados no que concerne ao processo de saúde, tanto individual como coletivo. Em vista disso, o grupo de gestantes pode ser considerado uma forma de promover a compreensão do processo de gestação, por meio do compartilhamento de vivências entre as próprias mulheres e os profissionais de saúde, favorecendo a promoção da saúde integral da gestante (BRASIL, 2006).

Dessa maneira, percebemos a importância do grupo para as gestantes, como um meio educativo, que complementa e reforça as orientações fornecidas durante as consultas de pré-natal, além de ser um momento favorável para solidificar o vínculo entre o profissional/interno/usuárias. Para o interno, é uma vivência significativa, pois ele tornar-se protagonista do processo de ensino e aprendizagem, adquirindo competências e habilidades que um profissional de enfermagem deve dispor.

Frente ao exposto, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Enfermagem, a formação do enfermeiro deve ser constituída do exercício de cinco competências e habilidades gerais, a saber: a tomada de decisão, liderança, administração e gerenciamento, educação permanente e comunicação (BRASIL, 2001). Nessa perspectiva, a comunicação estabelecida com as gestantes do grupo propiciou às internas desenvolverem capacidades comunicativas em relação ao ciclo gravídico-puerperal, como sanar dúvidas e compartilhar orientações, considerando os aspectos individuais de cada participante. Dessa forma, de acordo com Dalcól *et al.*, (2018), o desenvolvimento da comunicação é aprimorado durante as vivências práticas, por meio das relações com o próximo, que propiciam abordar e se comunicar com o cliente.

Ao constatar a fragilidade no serviço, o que instigou as internas a desenvolverem a intervenção, destaca-se como contribuição uma visão crítica e reflexiva em face das demandas de saúde da população. Sendo assim, robustece a formação em enfermagem das internas, visto que sempre será exigido do profissional a crítica e a reflexão antes que uma determinada ação seja desenvolvida (DIAS *et al.*, 2017).

Além disso, ressalta-se que a organização da intervenção forneceu subsídios para liderança de grupos, uma vez que umas das características primordiais do enfermeiro frente à saúde pública é a capacidade de liderança, pois ele é requisitado e visto pelos demais membros da equipe como o principal responsável pelo bom funcionamento da unidade (VASCONCELOS *et al.*, 2019). Assim, torna-se relevante o incentivo de ensino e aprendizagem da liderança na graduação, dado que os estudantes de enfermagem não reconhecem a magnitude da liderança para o cuidado, prezando as habilidades técnicas (LINS; BALSANELLI; NEVES, 2018).

De acordo com Nunes *et al.*, (2017), a execução do grupo de gestantes é capaz de propiciar ao acadêmico de enfermagem conhecimento, no que se refere a correlacionar a literatura e a prática, uma vez que a teoria vista na graduação não é suficiente, ao passo que vivenciar a realidade contribui para uma formação qualificada.

Portanto, consideramos a oportunidade de conduzir o grupo de gestantes durante o internato uma experiência exitosa, visto que fomos protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, no que diz respeito ao aprimoramento das competências que o profissional de enfermagem deve dispor.

Considerações finais

A construção de conhecimentos no grupo de gestantes acerca dos métodos contraceptivos disponíveis, seu uso correto, bem como os riscos e os benefícios, contribuiu de forma significativa para o conhecimento, entendimento e segurança das mulheres no momento de optar pelo contraceptivo no pós-parto, tornando-a ativa e empoderada sobre si mesma.

No que concerne à limitação encontrada no desenvolvimento dessa intervenção, destaca-se para o quantitativo reduzido de gestantes no grupo. Essa questão pode ser explicada pelo fato das consultas de pré-natal na unidade ocorrerem no mesmo horário, interferindo na participação das mulheres. Frente a isso, sugerimos ao serviço repensar esse fato e promover estratégias que melhorem a adesão das gestantes.

Contudo, apesar da pequena amostra, atingimos o objetivo estabelecido, confirmado pelo *feedback* positivo das mulheres presentes. Dessa maneira, reafirmamos a relevância do grupo de gestante como complemento do cuidado pré-natal.

A experiência possibilitou às internas de enfermagem uma visão crítica e reflexiva acerca do desenvolvimento de grupos de educação em saúde durante a gestação, importantes para o compartilhamento de saberes que influenciam positivamente no autocuidado da gestante. Além disso, aponta-se para o desenvolvimento de competências inerentes para a formação do profissional, como liderança, comunicação e tomada de decisão.

Esperamos que este relato contribua para o aprimoramento de ações educativas sobre planejamento familiar nos grupos de gestantes, visto que abordar esse assunto ainda na gestação só tem a beneficiar a mulher no que diz respeito à vivência do ciclo gravídico-puerperal, ciente e segura dos métodos contraceptivos indicados e contraindicados.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 3 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf Acesso em: 7 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

CAMERO, S. T. *et al.* Feasibility and acceptability of introducing routine antenatal contraceptive counselling and provision of contraception after delivery: the APPLES pilot evaluation. **BJOG**, v. 124, p. 2.009-2.015, 2017. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-0528.14674>. Acesso em: 10 fev. 2020. Doi: 10.1111/1471-0528.14674.

CAVALCANTE, B. L. L; LIMA, U. T. S. Relato de experiência de uma estudante de enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas. **Journal Of Nursing Health**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3447/2832>. Acesso em: 20 fev. 2020. Doi: 10.15210/JONAH.V2I1.3447.

DALCÓL C. *et al.* Competência em comunicação e estratégias de ensino-aprendizagem: percepção dos estudantes de enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 23, n. 3, p. 1-10, 2018 Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/ce/v23n3/1414-8536-ce-23-3-e53743.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020. Doi: 10.5380/ce.v23i3.53743.

DIAS J. A. A. A. *et al.* A moral e o pensamento crítico: competências essenciais à formação do enfermeiro. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-5, 2017 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/26391>. Acesso em: 18 fev. 2020. Doi: 10.12957/reuerj.2017.26391.

GALLAGHER, B. *et al.* Antenatal contraception counselling and provision of contraception after delivery for first-time young mothers enrolled with a family nurse partnership programme. **BMJ Journals**, v. 45, n. 1, 2019. Disponível em: <https://srh.bmj.com/content/45/4/243.long>. Acesso em: 10 fev. 2020. Doi: 10.1136/bmj-srh-2018-200214.

GONZÁLEZ, E. M; MARTÍNEZ, R. A. O. Nivel de conocimiento respecto a la planificación familiar en gestantes que acudieron al Hospital Universitario San José, Popayán, Colombia, 2014-2015. **Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología**, Bogotá, v. 67, n. 3, p 207-214, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcog/v67n3/v67n3a04.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020. Doi: 10.18597/rcog.768.

HENRIQUES, A. H. B. *et al.* Grupo de gestantes: contribuições e potencialidades na complementaridade da assistência pré-natal. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 28, n. 1, p 23-31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/3009/pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020. Doi: 10.5020/18061230.2015.p23.

IGNOTTI, B. S. *et al.* Estruturação do internato de enfermagem na percepção dos internos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 444-450, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v38n4/05.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020. Doi: 10.1590/S0100-55022014000400005.

JUSTINO, G. B. S. *et al.* Saúde sexual e reprodutiva no puerpério: vivências de mulheres. **Revista de Enfermagem**, Recife, v. 13, p 1-10, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/240054/32754>. Acesso em: 6 fev. 2020. Doi: 10.5205/1981-8963.2019.240054.

LIMA, P. V. C. *et al.* Uso de métodos contraceptivos por usuárias de uma unidade básica de saúde. **Revista de Enfermagem**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 1-8, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/1715/pdf>. Acesso em: 3 fev. 2019.

LINS, M. L.; BALSANELLI, A. P; NEVES, V. R. Estratégias para ensinar liderança na graduação de enfermagem. **Rene**, Fortaleza, v. 19, p. 1-8, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/rene/v19/1517-3852-rene-19-e3226.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MOUTA, R. J. O. *et al.* Fatores relacionados ao não uso de medidas preventivas das infecções sexualmente transmissíveis durante a gestação. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 32, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/rbaen/v32/1984-0446-rbaen-32-1-e26104.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020. Doi: DOI 10.18471/rbe.v32.26104.

NUNES, G. P. *et al.* Grupo de gestantes como ferramenta de instrumentalização e potencialização do cuidado. **Cidadania em ação: revista de extensão e cultura**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/10932/7089>. Acesso em: 21 maio 2020.

ROCHA, A. C. F. *et al.* Atividades de enfermagem no planejamento familiar: projeto de extensão universitária. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 1, n. 13, p. 69-82, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/19709>. Acesso em: 3 fev. de 2020.

RODRIGUES, H. C. *et al.* Internato de enfermagem na atenção básica: desafios da sua efetividade. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-6, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/26979/28193>. Acesso em: 13 fev. 2020. Doi: 10.12957/reuerj.2018.26979.

SANTOS, R. B. *et al.* Processo de readequação de um planejamento familiar: construção de uma autonomia feminina em uma Unidade Básica de Saúde no Ceará. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1074/pdf1074>. Acesso em: 11 fev. 2020. Doi: 10.29397/reciis.v10i3.1074.

SHAKYA, H. B. *et al.* Spousal discordance on reports of contraceptive communication, contraceptive use, and ideal family size in rural India: a cross-sectional study. **BMC Women's Health**, v. 18, n. 147, 2018. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-018-0636-7>. Acesso em: 21 maio 2020. Doi: 10.1186/s12905-018-0636-7.

SOUZA, A. M. A. **Coordenação de grupos: teoria, prática e pesquisa**. 2. ed. Fortaleza: Expressão, 2011.

VASCONCELOS, M. I. O. *et al.* Atenção primária à saúde como cenário do internato em enfermagem: reflexões acerca da integração ensino-serviço-comunidade. *In: GUIMARÃES, J. M. X; GARCIA FILHO, C.; RUIZ, E. M. Ensino na saúde: política, currículo e prática na reorientação da formação*. Fortaleza: Editora da UECE, 2019. p. 166-183.

VISWAN, S. P. *et al.* Sexual autonomy and contraceptive use among women in Nigeria: findings from the demographic and health survey data. **International Journal of Women's Health**, v. 9, p. 581-590, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5574684/>. Acesso em: 21 maio 2020. Doi: 10.2147/IJWH.S133760.

Submetido em 1º de abril de 2020.

Aprovado em 20 de maio de 2020.